

## TRAMITAÇÃO PROCEDIMENTAL

"Limites" Vide páginas 28 a 36.  
 "Prazos" Vide páginas 260 a 262.  
 "Anúncios" Vide páginas 237 a 239.

### Concurso limitado por prévia qualificação

Elaboração ou realização de ... (tarefa ou procedimento)	Legislação CCP
Portaria de extensão de encargos (se aplicável, em função do valor e da fonte de financiamento)	Artº 22º, DL 197/99. Al. f), n.º 1, artº 14º DL 18/2008.
Proposta de escolha e início do procedimento (em função do objecto e do valor) <b>Conteúdo:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Justificação da necessidade da contratação do bem, serviço, empreitada, ...;</li> <li>- Fundamentação da escolha do procedimento;</li> <li>- Designação do júri;</li> <li>- Aprovação das peças do procedimento.</li> </ul> <b>Anexos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa do concurso;</li> <li>- Convite à apresentação das propostas (se for possível, nesta altura, elaborar a respectiva minuta; caso contrário, terá que ser submetido à aprovação no início da 2ª fase);</li> <li>- Caderno de encargos.</li> </ul>	Artºs 28º, 36º e 38º; al. c), n.º 1, artº 40º; artºs 41º a 49º, 67º, 164º; n.ºs. 2 a 6, artº 189º Eventualmente: artº 141º; n.º 1, artº 162º; al. p), n.º 1, artº 164º.
Cabimento prévio 1	Artº 13º, DL 155/92
Despacho (decisão de contratar e de aprovação das peças do procedimento, pelo órgão competente para autorizar a despesa) 2	Artºs 36º e 38º; n.º 2, artº 40º; artº 67º.

<b>1ª FASE: Apresentação de candidaturas e da qualificação dos candidatos</b>	Al. a) artº 163º; artºs 167º a 188º.
Anúncio(s) 3: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicitação no Diário da República (cfr. modelo Anexo III da Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho);</li> <li>- Publicitação no JOUE (cfr. modelo Anexo II, ou V, ou X do Regulamento (CE) n.º 1564/2005);</li> <li>- Outros meios de divulgação (facultativos)                      Ex.: Plataforma electrónica da entidade adjudicante; jornais ...</li> </ul>	Artº 3º do DL 18/2008. N.º 2, artº 130º; artº 131º; n.º 1, artº 162º; artº 167º.
Consulta e fornecimento das peças do procedimento Devem estar disponíveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nos serviços da entidade adjudicante para consulta dos interessados;</li> <li>- Na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante (pode depender do pagamento de um preço adequado).</li> </ul>	Artºs 133º e 134º; n.º 1, artº 162º.
Eventualmente: Esclarecimentos, a pedido dos interessados, sobre as peças do procedimento (Recepção/Resposta/Rectificação) ❖	Artºs 50º e 166º
Eventualmente: Erros e omissões do caderno de encargos (Recepção/Resposta/Rectificação) ❖	Artºs 61º e 166º
Eventualmente: Atraso na disponibilização das peças do procedimento	N.º 3, artº 175º
Eventualmente: Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de candidaturas (pelo órgão competente para a decisão de contratar): <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aviso da decisão de prorrogação do prazo para apresentação de candidaturas (publicação no D.R. e, se publicado inicialmente, no JOUE);</li> <li>- Notificação da decisão (a todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento) ❖.</li> </ul>	N.º 4, artº 64º; n.ºs. 1 e 2, artº 167º; n.º 4, artº 175º.



Continua




**Concurso limitado por prévia qualificação ①**

Continuação	Elaboração ou realização de ... (tarefa ou procedimento)	Legislação CCP
	<p>Apresentação de candidaturas ❹ ❖:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação dos documentos (<i>destinados à qualificação dos candidatos</i>) comprovativos da capacidade técnica e/ou financeira;</li> <li>- Anexo V do CCP;</li> <li>- <i>Eventualmente</i>: Declaração bancária <i>cfr.</i> anexo VI do CCP (<i>no caso de ser adoptado o modelo simples de qualificação</i>) ❺.</li> </ul>	<p>Art's 168º a 176º;  <i>Anexos às candidaturas - Vide:</i>  n.º 1, artº 168º;  al. a), n.º 3, artº 179º;  al. b), n.º 3, artº 179º (<i>agrupamentos</i>).</p>
	Acto público ( <i>candidaturas entregues em suporte de papel – válido até 31/10/2009</i> )	Art's 11º e 12º do DL 18/2008
	Publicitação da lista dos candidatos ❖	N.º 1, artº 177º
	Atribuição de um <i>login e password</i> aos candidatos ( <i>para consulta de todas as candidaturas apresentadas</i> ) ❖	N.º 2, do artº 177º
	<i>Eventualmente</i> : Reclamações ( <i>candidatos não incluídos na lista</i> ) ❖	N.ºs. 3 e 4 do artº 177º
	Análise e avaliação das candidaturas	Artº 178º a 182º
	<i>Eventualmente</i> : Esclarecimentos, a pedido do júri ( <i>sobre os documentos de qualificação dos candidatos</i> ) ❖	Artº 183º
	Relatório preliminar da fase de qualificação	Artº 184º
↑	<i>Eventualmente</i> : Despacho ( <i>pelo órgão competente para a decisão de contratar</i> ) <i>se for entendido que este relatório deve ser submetido a despacho.</i> <i>Vide doc. respectivo em "Instrumentos" – Pág 472.</i>	Artº 184º
	Notificação para a realização da audiência prévia ❖ <i>Anexo</i> : Relatório preliminar da fase de qualificação	Artº 185º
	Audiência prévia ❖	Artº 185º
	Relatório final da fase de qualificação <i>Anexos</i> : Documentos relacionados com o procedimento	Artº 186º
↑	<i>Eventualmente</i> : Nova audiência prévia ( <i>se forem desqualificados candidatos</i> ) e, neste caso, 2º Relatório final da fase de qualificação. ❖	N.º 2, artº 186º
↑	Despacho ( <i>pelo órgão competente para a decisão de contratar</i> )	N.ºs 3 e 4, artº 186º; artº 187º.
	Notificação da decisão de qualificação ( <i>todos os candidatos</i> ) ❖	N.º 1, artº 187º; artº 188º.
<b>2ª FASE: Apresentação e análise das propostas e adjudicação</b>		Al. b), artº 163º; art's 189º a 192º.
	<p>Proposta:</p> <p><i>Conteúdo</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação do "Convite à apresentação das propostas" (<i>caso não tenha sido possível submeter esta "peça do procedimento" a aprovação, no momento em que se elaborou a proposta de abertura do procedimento</i>).</li> </ul> <p><i>Anexo</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Minuta do "Convite à apresentação das propostas".</li> </ul>	Al. c), n.º 1, artº 40º; n.ºs. 2 a 6, artº 189º.
↑	Despacho ( <i>aprovação do convite, pelo órgão competente para autorizar a despesa</i> )	N.º 2, artº 40º
	Envio do "Convite à apresentação das propostas" aos candidatos qualificados ( <i>que devem ser enviados, em simultâneo, com a "notificação da decisão de qualificação"</i> ) ❖	N.º 1, artº 189º; art's 190º a 192º.

Continua

**Concurso limitado por prévia qualificação ①**

Continuação	Elaboração ou realização de ... (tarefa ou procedimento)	Legislação CCP
	<i>Eventualmente:</i> Esclarecimentos sobre o conteúdo do convite e/ou caderno de encargos ( <i>Recepção/Resposta/Rectificação</i> ) ❖	Artºs 50º e 166º; al. j), n.º 2, artº 189º.
	<i>Eventualmente:</i> Erros e omissões do caderno de encargos ( <i>Recepção/Resposta/Rectificação</i> ) ❖	Artºs 61º e 166º
	<i>Eventualmente:</i> Atraso na disponibilização do caderno de encargos	N.º 6, artº 133º; n.º 1, artº 162º.
	<i>Eventualmente:</i> Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas (pelo órgão competente para a decisão de contratar): - Notificação da decisão (a todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento) ❖.	N.º 4, artº 64º; n.º 7, artº 133º; n.º 1, artº 162º;
	Apresentação de propostas ❖	Artºs 56º a 66º, 137º; n.º 1, artº 162º; artºs 190º a 192º.
	Acto público (propostas entregues em suporte de papel – válido até 31/10/2009)	Artºs 11º e 12º do DL 18/2008
	Publicitação da lista dos concorrentes ❖	N.º 1, artº 138º; n.º 1, artº 162º.
	Atribuição de um login e password aos concorrentes (para consulta de todas as propostas apresentadas) ❖	N.º 2, artº 138º; n.º 1, artº 162º.
	<i>Eventualmente:</i> Reclamações (concorrentes não incluídos na lista) ❖	N.ºs 3 e 4, artº 138º; n.º 1, artº 162º.
	Análise e avaliação das propostas	Artºs 70º e 139º; n.º 1, artº 162º.
	<i>Eventualmente:</i> Esclarecimentos sobre as propostas (a pedido do júri) ❖	Artº 72º
	<i>Eventualmente:</i> - Leilão electrónico (se previsto no programa do concurso) ②: - Convite para participação; - Encerramento do leilão electrónico.	Artºs 140º a 145º; n.º 1, artº 162º; al. p), n.º 1, artº 164º.
	Relatório preliminar (análise e avaliação das propostas)	Artº 146º; n.º 1, artº 162º.
	<i>Eventualmente:</i> Despacho (pelo órgão competente para a decisão de contratar) se for entendido que este relatório deve ser submetido a despacho. Vide doc. respectivo em “Instrumentos” – Pág 503.	Artº 146º; n.º 1, artº 162º.
	Notificação para a realização da audiência prévia ❖ <i>Anexo:</i> Relatório preliminar	Artº 147º; n.º 1, artº 162º.
	Audiência prévia ❖	Artº 147º; n.º 1, artº 162º.

<b>Caso seja celebrado contrato escrito e seja exigida a prestação de caução ⑦</b>	<b>Caso não seja exigida a prestação de caução (independentemente da celebração de contrato)</b>	
<b>Relatório final</b> <i>Conteúdo:</i> - Manutenção ou modificação do teor e conclusões do relatório preliminar. ----- ⑧ ----- 	<b>Relatório final</b> <i>Conteúdo:</i> - Manutenção ou modificação do teor e conclusões do relatório preliminar. ----- ⑧ ----- 	

Continua

**Concurso limitado por prévia qualificação ⑩**

Elaboração ou realização de ... (tarefa ou procedimento)		Legislação CCP
<p><i>Proposta de:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação do relatório;</li> <li>- Adjudicação;</li> </ul> <p><i>Anexos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Documentos relacionados com o procedimento;</li> <li>- Informação de cabimento ⑩.</li> </ul> <p><i>Eventualmente: Rectificação do cabimento prévio.</i></p>	<p><i>Proposta de:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação do relatório;</li> <li>- Adjudicação;</li> <li>- Aprovação da minuta do contrato, que pode incluir ajustamentos <i>(se for exigido e não for dispensado ou se a entidade decidir a sua celebração)</i> ⑨.</li> </ul> <p><i>Anexos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Documentos relacionados com o procedimento;</li> <li>- Informação de cabimento ⑩.</li> </ul> <p><i>Eventualmente: Rectificação do cabimento prévio.</i></p>	<p>Artºs 73º e 76º;</p> <p>artº 98º (só se não for exigida caução);</p> <p>artº 99º (só se forem propostos ajustamentos);</p> <p>artº 148º; n.º 1, artº 162º</p> <p>N.º 1, artº 45º, Lei 91/2001.</p>
<p>Despacho (pelo órgão competente para a decisão de contratar) de aprovação do relatório final e das propostas nele contidas, incluindo a adjudicação cuja decisão deve ser tomada até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.</p>		<p>N.º 1, artº 76º;</p> <p>n.ºs 3 e 4, artº 148º;</p> <p>n.º 1, artº 162º</p>

*Eventualmente:*

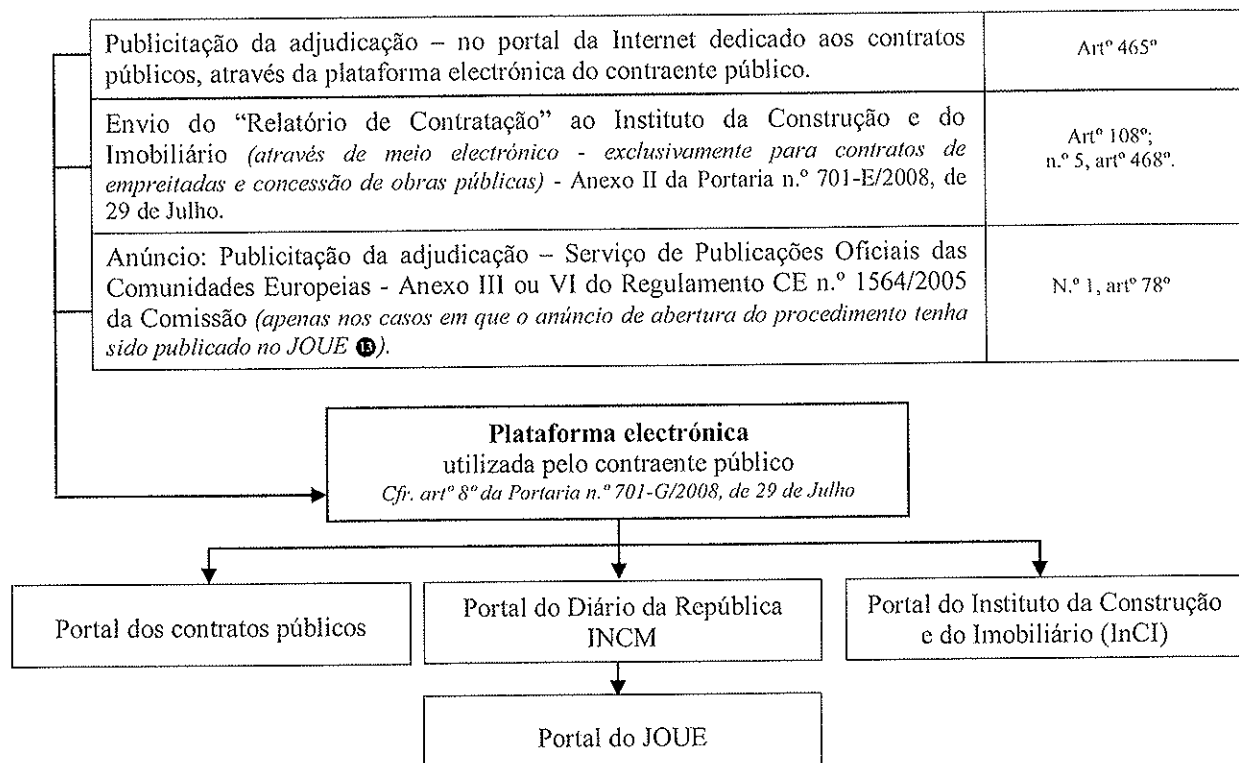
<p>Notificação para a realização de 2ª audiência prévia <i>(se forem excluídas propostas ou se for alterada a sua ordenação inicial)</i> ❖.</p> <p><i>Anexo: Relatório final.</i></p>	<p>N.º 2, artº 148º;</p> <p>n.º 1, artº 162º</p>
<p>2ª Audiência prévia ❖</p>	<p>N.º 2, artº 148º;</p> <p>n.º 1, artº 162º</p>
<p>Elaboração do 2º Relatório final <i>(com conteúdo, proposta e anexos idênticos aos referidos para o 1º Relatório final)</i> e posterior despacho da mesma entidade.</p>	<p>N.ºs. 1, 3 e 4, artº 148º;</p> <p>n.º 1, artº 162º</p>

<b>Caso seja celebrado contrato escrito e seja exigida a prestação de caução ⑦</b>	<b>Caso não seja exigida a prestação de caução (independentemente da celebração de contrato)</b>	
<p><b>Notificação:</b> ❖</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Da adjudicação <i>(ao adjudicatário e aos restantes concorrentes, em simultâneo)</i> ⑪.</li> <li>- Da necessidade de:</li> <li>- Prestação da caução ⑫;</li> <li>- Apresentação dos documentos de habilitação <i>(exigidos para quaisquer contratos)</i> - Vide "Utilitários", pág. 91;</li> <li>- Confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades <i>(se for o caso)</i>.</li> </ul>	<p><b>Notificação:</b> ❖</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Da adjudicação <i>(ao adjudicatário e aos restantes concorrentes, em simultâneo)</i> ⑪;</li> <li>- Da aprovação da minuta do contrato <i>(se for o caso)</i> pela entidade adjudicante ⑨ <i>(para apreciação do adjudicatário)</i>.</li> <li>- Da necessidade de:</li> <li>- Apresentação dos documentos de habilitação <i>(exigidos para quaisquer contratos)</i> - Vide "Utilitários", pág. 91;</li> <li>- Confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades <i>(se for o caso)</i>.</li> </ul>	<p>Artºs 76º, 77º e 81º;</p> <p>al. b), n.º 2, artº 77º e als. h) e i), n.º 2, artº 189º <i>(só se for exigida caução)</i>;</p> <p>artº 100º <i>(só se não for exigida caução)</i>.</p>
<p><b>Entrega de documentos (pelo adjudicatário):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Caução;</li> <li>- Documentos de habilitação ❖;</li> <li>- Confirmação dos compromissos ❖.</li> </ul>	<p><b>Entrega de documentos (pelo adjudicatário):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Documentos de habilitação ❖;</li> <li>- Confirmação dos compromissos ❖.</li> </ul>	<p>Artºs 82º a 87º;</p> <p>artºs 88º a 91º <i>(só se for exigida caução)</i>;</p> <p>artºs 92º e 93º <i>(só se for exigida a confirmação dos compromissos)</i>.</p>
<p><b>Notificação da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário (a todos os concorrentes, em simultâneo) ❖</b></p>	<p><b>Notificação da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário (a todos os concorrentes, em simultâneo) ❖</b></p>	<p>Artº 85º</p>

Continua

**Concurso limitado por prévia qualificação** ①

Elaboração ou realização de ... (tarefa ou procedimento)		Legislação CCP
Proposta de aprovação da minuta do contrato, que pode incluir ajustamentos.		N.ºs. 1, 3 e 4, artº 98º; artº 99º.
↑ Despacho (órgão competente para a decisão de contratar)		N.º 1, artº 98º
Notificação da aprovação da minuta do contrato pela entidade adjudicante (para apreciação do adjudicatário) ❖.		Artº 100º
Comunicação, pelo adjudicatário, da aceitação da minuta do contrato (salvo aprovação tácita) ❖ Eventualmente: Reclamação.	Comunicação, pelo adjudicatário, da aceitação da minuta do contrato (caso seja celebrado e salvo aprovação tácita) ❖ Eventualmente: Reclamação.	Artºs 101º e 102º
Notificação, aos concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, da aceitação pelo adjudicatário dos ajustamentos ao contrato ❖.	Notificação, aos concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, da aceitação pelo adjudicatário dos ajustamentos ao contrato ❖.	Artº103º (só se houver ajustamentos ao contrato)
<b>Outorga do contrato</b> (se for celebrado). O contrato deve ser reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas electrónicas.		N.º 1, artº 94º; Artºs 104º a 106º.



Continua

**Concurso limitado por prévia qualificação ①**

Continuação

**❖ Utilização de meios electrónicos**

O envio e recepção destes documentos, bem como as notificações e comunicações, devem ser efectuados, através de meio de transmissão escrita e electrónica de dados, na **plataforma electrónica** da entidade adjudicante, cujos requisitos e condições constam da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho, prevista no n.º 2 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

**Utilização de suporte de papel**

Até 31/10/2009, se a entidade adjudicante tiver fixado no programa do concurso que as propostas são obrigatoriamente apresentadas em suporte de papel (cfr. n.º 1 do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção dada pelo art.º 1º do Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro), as notificações e comunicações podem ser efectuadas através de correio ou de telecópia (cfr. art.º 13º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

Neste procedimento, a partir daquela data, é obrigatória a utilização de plataforma electrónica.

**Observações**

- ① - Concurso limitado: "É o procedimento em que qualquer operador económico pode solicitar participar e em que só os operadores económicos convidados pela entidade adjudicante podem apresentar propostas" [Alinea b) do n.º 11 do art.º 1º da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004].

**Artigo 162.º - Regime**

1 — O concurso limitado por prévia qualificação rege-se, com as necessárias adaptações, pelas disposições que regulam o concurso público, em tudo o que não esteja especialmente previsto nos artigos seguintes.

2 — Ao concurso limitado por prévia qualificação não é aplicável o disposto nos artigos 149.º a 161.º

- ① - Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho - Estabelece o regime da administração financeira do Estado

**Artigo 13.º - Registo de cabimento prévio**

Para a assunção de compromissos, devem os serviços e organismos adotar um registo de cabimento prévio do qual constem os encargos prováveis.

- ② - Artigo 36.º - Decisão de contratar e decisão de autorização da despesa

1 — O procedimento de formação de qualquer contrato inicia-se com a decisão de contratar, a qual cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, podendo essa decisão estar implícita nesta última.

- ③ - Envio dos anúncios

De acordo com a alínea b) do art.º 8º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho, os anúncios, quer sejam publicados no Diário da República electrónico ou no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), são enviados para publicação, através da plataforma electrónica adoptada pela entidade adjudicante, directamente para a INCM, que por sua vez estabelece a ligação ao JOUE.

Anúncios de pré informação ou anúncios periódicos indicativos:

Em regra, os anúncios relativos à "abertura do procedimento" devem ser precedidos do envio de "anúncio de pré informação" ① e/ou "anúncio periódico indicativo" ②, consoante os casos.

----

- ① - Anúncio de pré-informação

As entidades adjudicantes referidas no artigo 2.º devem enviar para publicação no Jornal Oficial da União Europeia um anúncio de pré-informação, conforme modelo constante do Anexo I (Formulário-tipo 1: «Anúncio de pré-informação») ao Regulamento (CE) n.º 1564/2005, da Comissão, de 7 de Setembro. Formalidade aplicável aos contratos de locação e aquisição de bens móveis, aquisição de serviços e empreitadas de obras públicas, em função do preço contratual estimado, a celebrar nos 12 meses seguintes - Vide art.º 34º e n.º 2 do art.º 191º.

- ② - Anúncio periódico indicativo

Tratando-se de contratos e acordos quadro a celebrar que digam directa e principalmente respeito a uma ou a várias das actividades exercidas nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais pelas entidades adjudicantes referidas no n.º 1 do artigo 7.º, estas devem enviar para publicação no Jornal Oficial da União Europeia um anúncio periódico indicativo, conforme modelo constante do Anexo IV (Formulário-tipo 4: «Anúncio periódico indicativo — sectores especiais») ao Regulamento (CE) n.º 1564/2005, da Comissão, de 7 de Setembro - Vide art.º 35º e n.º 2 do art.º 174º.

Quando tenha sido publicado este anúncio, não há lugar à publicação dos anúncios no D.R. e no JOUE [modelo Anexo V (Formulário-tipo 5: «Anúncio de concurso — sectores especiais»), do mesmo Regulamento, desde que aquele indique, expressamente] (Vide n.º 3 do art.º 167º):

- As prestações objecto do contrato a celebrar;
- O concurso limitado por prévia qualificação como o procedimento a adoptar para a formação do contrato a celebrar; e
- Um prazo, que não pode ser superior a 11 meses a contar da data da publicação do anúncio periódico indicativo, para os interessados manifestarem à entidade adjudicante o seu interesse em participar no concurso.

Continua

**Concurso limitado por prévia qualificação ①**

Continuação

**③ - Envio dos anúncios (Continuação)**

...  
A Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, contempla os modelos dos anúncios a publicar no D.R.. Nestes, não estão contemplados os modelos dos anúncios de pré-informação, nem os periódicos indicativos. Assim sendo e salvo se esta situação for alterada, não será possível, nestes casos, a ligação da INCM ao JOUE, prevista na alínea b) do artº 8º da referida Portaria.  
A manter-se a situação actual, a inserção dos anúncios será feita, pelas entidades, directamente no SIMAP ①, ou através da plataforma electrónica adoptada, se esta dispuser desta funcionalidade.

① - Ao Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, através de meios electrónicos, conforme formato e modalidades de transmissão indicados no portal da Internet <http://simap.eu.int>, ou através de qualquer outro meio, caso em que o respectivo conteúdo deve limitar-se a cerca de 650 palavras - Vide n.º 4 do artº 131º e n.º 2 do artº 167º.

**④ - Se tiver sido publicado o "anúncio periódico indicativo" os candidatos poderão "manifestar o interesse" em participar no concurso por qualquer meio escrito - Vide n.ºs 3 e 4 do artº 167º; nestes casos, a entidade adjudicante dispõe do prazo máximo de um mês para enviar aos interessados, em simultâneo, um convite à apresentação de candidaturas, que deve ser acompanhado de um exemplar do programa do concurso - Vide n.ºs 5 e 6 do artº 167º.**

**⑤ - Candidaturas apresentadas por agrupamentos - Documento alternativo.**  
"No caso de o candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado" - Vide al. b) do n.º 3 do artº 179º.

**⑥ - Leilão electrónico - Aplicável apenas a contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de contratos de aquisição de serviços - Vide "Utilitários" - Pág. 177.**

**⑦ - Artigo 88.º - Função da caução**

2 - Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a € 200 000.  
Nota: O CCP prevê a hipótese de prestação da caução, mesmo nos casos em que não seja celebrado contrato escrito - Vide n.º 3 do artº 95º.

**⑧ - Do teor do n.º 4 do artº 148º, aplicável p.f. do n.º 1 do artº 162º, entende-se que a proposta de adjudicação está contida no relatório final. Porém e uma vez que pode haver necessidade de realizar uma nova audiência prévia, o primeiro relatório final da 2ª fase (apresentação e análise das propostas e adjudicação) não será definitivo, ainda que a ordenação das propostas se possa manter. Nesta e noutras situações que o possam justificar, será mais adequado reservar a elaboração da referida proposta de adjudicação para o segundo relatório final desta 2ª fase.**

**⑨ - Não havendo lugar à prestação de caução, a minuta do contrato é aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação - Vide n.º 2 do artº 98º.**

**⑩ - Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto [Lei do Enquadramento Orçamental] (Última alteração: Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto)]**

**Artigo 45.º - Assunção de compromissos**

1 - Apenas podem ser assumidos compromissos de despesa após os competentes serviços de contabilidade exararem informação prévia de cabimento no documento de autorização da despesa em causa.

**⑪ - Para os contratos no âmbito deste procedimento, quando a sua redução a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada, não se pode "dar início a qualquer aspecto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º" - Vide n.º 3 do artº 95º.**

**⑫ - Aprovação da minuta do contrato (pela entidade adjudicante): A aprovação da minuta do contrato só pode ser feita depois de comprovada a prestação da caução. - Vide n.º 1 do artº 98º.**  
**Prestação da caução:** Com a notificação da adjudicação, deve ser comunicada a necessidade da prestação da caução - Vide alínea b) do n.º 2 do artº 77º

**⑬ - A Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de Julho, não contempla os modelos dos anúncios relativos à publicação da adjudicação no D.R.. Assim sendo e salvo se esta situação for alterada, não será possível, nestes casos, a ligação da INCM ao JOUE, prevista na alínea b) do artº 8º da referida Portaria.**

A manter-se a situação actual, a inserção dos anúncios (Anexo III ou VI do Regulamento CE n.º 1564/2005 da Comissão) será feita, pelas entidades, directamente no SIMAP ①, ou através da plataforma electrónica adoptada, se esta dispuser desta funcionalidade.

① - Os anúncios devem ser enviados ao Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, através de meios electrónicos, conforme formato e modalidades de transmissão indicados no portal da Internet <http://simap.eu.int>, ou através de qualquer outro meio, caso em que o respectivo conteúdo deve limitar-se a cerca de 650 palavras - Vide n.º 4 do artº 131º, aplicável p.f. do n.º 2 do artº 167º.